



Entrevista:
Secretário da
Agricultura,
Pecuária e
Abastecimento
de Minas Gerais,
João Cruz Reis Filho.
pág 3

Semana
Internacional do

O maior encontro
de café do Brasil



Café em destaque

24 a 26 de
setembro de 2015

Expominas
Belo Horizonte

**VENDA PERMANENTE: PRENHEZES, BEZERRAS E NOVILHAS,
GIR E GIROLANDO E TOURINHOS GIR**



Contato: Martinho (Tim)
(031) 9384 8995 VIVO / (031) 9988 1653 TIM
Email: souzatim@uol.com.br



Editorial

Semana Internacional do Café

Esta edição é dedicada a Semana Internacional do Café, que acontece dos dias 24 a 26 de setembro, no Expominas, em Belo Horizonte. A 3ª edição contará com mais de 200 profissionais do setor, cerca de 100 expositores e 150 marcas, além de seminários, cursos e workshops. A SIC terá três eixos temáticos: Mercado & Consumo, Conhecimento & Inovação e Negócios & Empreendedorismo. Entre os destaques da programação está o Espaço Café Brasil, que traz em sua 10ª edição uma ampla plataforma de negócios. Já para os milhares de apreciadores e apaixonados por café é a oportunidade perfeita para aprimorar o paladar e conhecer as últimas novidades e tendências do mercado.

O Secretário da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa), João Cruz Reis Filho destaca que no cenário atual, o agronegócio é um dos destaques na economia mineira e o café é o principal produto dentro dele, o que contribui para a relevante classificação do estado e do país". Para Roberto Simões, presidente da FAEMG, o evento é um momento de encontro do setor e de capacitação dos profissionais das diversas etapas da cadeia produtiva, sendo especialmente importante do ponto de vista das oportunidades de negócio: "Ao todo, são movimentados cerca de R\$ 80 milhões, um número expressivo que revela o perfil da capital do estado, que produz 20% do café consumido em todo o mundo". Resultados expressivos, somados à expertise adquirida ao longo das edições anteriores da Semana Internacional do Café, solidificam o evento como referência nacional e internacional. "A SIC é um evento que alcança todos os segmentos do setor e também uma excelente oportunidade para os produtores e empresários terem contato não só com os profissionais do Brasil, mas também de outros países".

Confira também nesta edição entrevista exclusiva com o secretário da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, João Cruz Reis Filho, abordando importantes temas de interesse do agronegócio de Minas e do produtor rural, nas páginas 3 e 4.

Em breve estaremos lançando a Revista AgroNegócio Brasil utilizando mídia digital multi-plataforma com as formas mais avançadas de promoção digital, tais como web, mídias sociais, smartphone e tablete, enviada para mais de 50 mil assinantes em todo o Brasil.

Faça sua assinatura grátis pelo e-mail assine@agronegociobrasil.com.br ou Whatsapp – 31 88439150

Geraldo Magela Dias - Publisher
geraldodias@jornalagronegocio.com.br



O FUTURO DO AGRONEGÓCIO É AGORA

Luiz Carlos Correa Carvalho - Presidente da ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio - Artigo originalmente publicado no jornal O Estado de S. Paulo em 15/09/2015.

A natureza não espera pelos atrasados. Tudo faz pelo seu tempo, não pelo dos homens. O agronegócio segue esse conceito, pois não tem alternativa. O tempo é o rei do processo de produção, mesmo que um entregador de alface em restaurantes não saiba disso. Muitas vezes a inflação é pressionada pelos desvios do tempo, no processo de produção e uso dos alimentos.

O que muito impressiona os que vivem da produção no Brasil é a distância da política pública desse fato predominante da natureza, como se fosse uma perturbação dela ao mundo dos homens. São agressivas para quem convive com o tempo da natureza as dúvidas que tem o homem urbano sobre a importância dessa lógica.

Importantes aspectos têm caracterizado o desenvolvimento científico na agricultura, como a introdução de cultivares em regiões novas no Brasil, com resultados excepcionais. Veja-se, por exemplo, a produção excepcional da borracha no Estado de São Paulo, hoje responsável pela maior parcela da produção nacional.

Ações público-privadas, como a paralisação da queima dos canaviais para colheita, também têm os mais variados reflexos na permanente luta pela sustentabilidade do agronegócio. Este exemplo é claro: o processo de mecanização da colheita da cana sem queimar trouxe ao produtor, em seu aprendizado, impactos difíceis no curto prazo, mas positivos no longo. Os corredores verdes e florestas restauradas nessas áreas estão contribuindo para salvar a onça parda do perigo de extinção e aumentaram sua presença nessas áreas produtivas, controlando a população de roedores e outros da cadeia alimentar. Assim, é uma política pública que pode apresentar impactos favoráveis, se olhada para o todo.

A borracha substitui importações ou melhora a balança comercial brasileira; a cana-de-açúcar, com a produção do etanol, substitui a gasolina, limpando o ar nas cidades e reduzindo as emissões de gases que causam o aquecimento global. No primeiro caso é claro o impacto direto na economia brasileira. No segundo - questão energética - há uma distorção econômica, que é a necessidade de equilibrar os preços entre os concorrentes gasolina, fóssil e com impactos negativos, e etanol, renovável e com impactos positivos.

A forma encontrada criativamente pelo Brasil foi efetivada em 2002, com a introdução de um mecanismo para cobrar da gasolina as suas contribuições negativas à poluição local, já muito estudadas pela área de saúde da Universidade de São Paulo, e, no nível global, pelas emissões de CO2 com seu uso combustível, por meio da introdução da Cide, contribuição de intervenção na economia incidente em cada m3 de gasolina e diesel consumido, em valores diferentes.

Essa medida, implantada na subida dos preços de energia no mundo, atraiu para o Brasil o capital externo nesse setor, expandindo investimentos, empregos e toda uma extensa cadeia produtiva.

Mais que isso, delineou um futuro extraordinário de agregação de valor, na área química, na lógica das perspectivas da economia verde. Porém desde 2006 o governo iniciou uma redução dos valores da Cide até que em 2012 ela foi zerada, na esteira de populismo tarifário, voltando com valor três vezes menor em 2015, empobrecendo a política consistente de 2002 e trazendo impactos altamente negativos ao produtor e à Petrobrás, em face do congelamento dos preços da gasolina.

São exemplos de assegurar ou perder um futuro valioso para o País. O tempo é o senhor da razão e esta, sem dúvida, é que descreve o senso de urgência. Cria-se, com isso, um ciclo de ações necessárias que se somam: ao tempo requerido pela agricultura se adicionam as ações fundamentais da política pública. Ou isso, ou se perde o futuro.

Não há por que adiar decisões-chave como a correção da Cide, que define o futuro do etanol, a mudança da política do crédito rural para a agricultura de duas ou três safras ou a implementação efetiva do plano que incentiva a integração lavoura-pecuária-floresta!

Pouco tempo atrás o mundo entendeu o nosso plano ABC - Agricultura de Baixo Carbono -, quando viu a redução das emissões de gases de efeito estufa e o aumento da oferta de alimentos que este país poderia realizar. Em suas metas já encaixadas no que o Brasil levará à COP-21 - a próxima reunião da Conferência do Clima, em Paris, no final deste ano - deve-se dar saliência à política energética brasileira, em que a Cide será certamente saudada por todos os países.

As ações estão sendo cobradas de um país que é tão importante na busca pela segurança alimentar e qualidade ambiental. O Código Florestal, com o esforço na implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) até 2016 e os mecanismos de valorização econômica do carbono mitigado, nesse texto apresentado, são urgentes e fundamentais.

Em menos de dez meses todas as propriedades rurais do Brasil deverão ter realizado o CAR, o qual permitirá identificar com maior precisão as ações necessárias para a efetivação do, quem sabe, maior projeto de conservação e restauração da vegetação de que se tem conhecimento. O Código Florestal deve trazer ganhos importantes para a mitigação da mudança do clima global e para a proteção dos recursos hídricos do País. É preciso trabalhar para que sua implementação seja feita de forma inteligente, com soluções que considerem as particularidades de cada região e otimizem os custos de regularização.

No Congresso Brasileiro da Abag, um mês atrás, pôde-se notar a receptividade de todos às políticas citadas, na busca da competitividade e do desejável protagonismo do Brasil nesse campo. A urgência está clara e não agir será omissão.

Vamos seguir aprovando já, o que nos garantirá um futuro promissor. Não há como ser líder sem assumir esse papel, com medidas que serão exemplos globais.

Expediente

Danilo Olandim
 Editor Geral
danilo@jornalagronegocio.com.br

Geraldo Magella N. Dias
 Diretor Geral - MTB - 17886-MG
geraldodias@jornalagronegocio.com.br

Cristiana Freitas de Souza
 Redação/Revisão
cristiana@olandim.com.br

Marilene Spinola
 Diretora OPEC / Comercial
marilene@jornalagronegocio.com.br

Comercial
 Leste de Minas
 33 9112-7250



Edição Gráfica e Diagramação
contato@olandim.com.br

Home Page
www.jornalagronegocio.com.br
www.twitter.com/jornalagro
Redação / Fotografias
redacao@jornalagronegocio.com.br
WebDesign
danilo@jornalagronegocio.com.br

Jornal AgroNegócio
 CNPJ: 06.969.701/0001.10
 Av. Dr. Júlio Otaviano Ferreira, 825 / 201 - Cidade Nova / Belo Horizonte (MG).
 31 2511-5802 / 9412-8077



Distribuição Dirigida

Produtores rurais, sindicatos, cooperativas, estabelecimentos públicos selecionados nas principais cidades, em leilões, feiras e eventos rurais, universidades e centros de pesquisas.

Os anúncios publicados são de responsabilidade de seus anunciantes.

Foto Capa Ronaldo Pardins Montagem Olandim Design Comunicação

Entrevista: Secretário da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, João Cruz Reis Filho.

Por: Geraldo Magela Nogueiras Dias.

1. Jornal AgroNegócio: O Senhor é engenheiro agrônomo e Fiscal Federal Agropecuário, além de produtor rural na pecuária leiteira. Apesar de jovem, já traz experiência para o setor em um cargo que várias vezes foi ocupado por políticos. Qual a importância de alguém do setor à frente da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais?

João Cruz Reis Filho: Em primeiro lugar quero agradecer ao Jornal Agronegócio por manter esse canal de comunicação com o produtor rural. O fato de sermos do setor agropecuário, nos leva a conhecer melhor as demandas, compreendermos as dificuldades e os desafios do produtor rural. Na esfera federal temos experiência atuando no Ministério da Agricultura e minha formação técnica facilita muito o diálogo com os funcionários da Secretaria da Agricultura e suas vinculadas. Eles reconhecem em um técnico como eu, um colega de trabalho e estas origens me aproximam do produtor rural e do funcionário público.

2. Jornal AgroNegócio: Como será desenvolvido os trabalhos com as vinculadas ao SEAPA?

João Cruz Reis Filho: Montamos nossa equipe junto com o governador Fernando Pimentel e o vice Antônio Andrade, uma equipe que conhece o setor onde atua, seja na Emater, Epamig, IMA, Rural Minas, onde mantemos uma relação muito próxima com todos os presidentes destas vinculadas. Essa proximidade com esse time de alta qualificação permitirá integrarmos todas as atividades da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Todas as vinculadas têm o mesmo objetivo que é construir um novo cenário para o agronegócio de Minas Gerais.

3. Jornal AgroNegócio: E em relação ao Conselho Estadual de Política Agrícola (CEPA), às câmaras técnicas? Haverá um novo planejamento na execução da política rural?

João Cruz Reis Filho: O CEPA É um importante fórum de discussão e está passando por mudanças para alavancar o desenvolvimento do setor. O objetivo é garantir mais eficiência na resolução dos temas deliberados, além de fortalecer a comunicação entre os elos das cadeias produtivas representadas. Estamos revendo todas as estruturas existentes na Secretaria no sentido de aprimorá-las. Nossa análise do Conselho Estadual de Política Agrícola é de que ele foi muito pouco utilizado como ferramenta pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para efetivamente fazer política agrícola. Apresentamos para este Conselho nossa reestruturação administrativa afim de levá-lo a maior participação junto as Câmaras Técnicas e Setoriais na elaboração e construção de nossos trabalhos na SEAPA.

4. Jornal AgroNegócio: Está prevista a criação de novas Câmaras Técnicas?

João Cruz Reis Filho: Vai funcionar segundo as demandas de cada setor, se houver demanda para a criação de alguma Câmara Técnica será criada. Estamos iniciando diversas ações que já deveriam ter sido trabalhadas anteriormente e não estavam, por exemplo: vamos estruturar uma área de agro



energia, manter diálogo com as agroindústrias e estabelecer diálogos com as Secretarias Municipais de Agricultura, além de criarmos uma assessoria internacional para a SEAPA, para cuidar dos interesses do agronegócio de Minas no mercado internacional.

5. Jornal AgroNegócio: E como será desenvolvido os programas da SEAPA já existentes, como o Minas Leite, o PROFIG (Programa de Regionalização de Frigoríficos de Minas Gerais) e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar?

João Cruz Reis Filho: Estamos avaliando cada um desses programas, o que funciona continuaremos apoiando, e o que não funciona estaremos aprimorando para obter resultados. Percebemos uma desarticulação desses programas quando tomamos posse, por exemplo, fomento à pecuária; temos o Minas Leite o Pro-Genética, o PROFRIG e o Minas Carne. Estes programas não dialogavam entre si,

embora atuassem na mesma área. Estamos remodelando-os afim de criar um programa integrado, o Minas Pecuária, colocando todos eles sobre o mesmo guarda-chuva. Porquê isso é importante? As vezes um técnico da EMATER vai em uma propriedade fazer uma visita técnica usando o boné do Minas Leite, outro volta com o boné do Minas Carne e depois outro com o do Pro-Genética. Ele deve ver a propriedade como uma unidade produtiva própria e ser capaz de apresentar todas as ferramentas disponíveis da Secretaria da Agricultura para aquela propriedade.

6. Jornal AgroNegócio: Minas Gerais é o maior produtor de café do Brasil, entretanto a maior parte deste produto é exportado in natura, como outros produtos agrícolas. Quais ações o Governo de Minas adotará a fim de agregar valor aos produtos da agricultura mineira, aumentando a certificação dos nossos produtos e aprimorando os processos



CASA DO EUCALIPTO

*Mourões P/ Cerca
*Esticadores
*Postes
*Tocos P/ Curral.

Visite-nos e conheça a utilização do Eucalipto na construção civil, em telhados e galpões, uma opção econômica e de muito bom gosto.

Av. Rio Bahia, 2880 (Ao Lado da Cooperativa)
Bairro Altinópolis - Governador Valadares

FONE:
(33) 3271-5269



Aplicação cerca



Aplicação galpão



Aplicação telhado

Eucalipto Tratado e In Natura, Com Qualidade e Preço Baixo

Continuação Entrevista: Secretário da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, João Cruz Reis Filho.

de comercialização?

João Cruz Reis Filho: Temos diversas ações iniciadas para esse fim, agregar valor pode vir por diversas fontes, o próprio programa Certifica Minas Café é uma forma de agregar valor. Em primeiro lugar estamos buscando reduzir os custos para o produtor e por outro lado abrindo o mercado para o nosso café certificado. Estamos finalizando um Blended Marketing do Certifica Minas Café, com a 4C Association, verificadora que reúne os interesses comerciais dos quatro maiores compradores de café do mundo. Todo produtor certificado pelo Certifica Minas Café automaticamente será reconhecido pela 4C Association, isso irá proporcionar para ele um ganho de mercado em escala mundial e uma chancela internacional do trabalho que é desenvolvido pelo Certifica Minas Café. Também iremos estimular o cooperativismo, indicações geográficas, onde já existe um belíssimo trabalho no cerrado mineiro, tudo são estratégias para agregação de valor ao nosso café. Por fim a agregação maior de valor ocorre no momento da Agro Industrialização, a SEAPA dialogava muito pouco com o setor industrial, ficando restrita dentro da porteira. Estamos ampliando os horizontes da Secretaria construindo uma forte agenda de agro indústrias junto a FIEMG e paralelamente, temos um acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, por meio da sub Secretaria de Investimentos Estratégicos, para atrair para Minas Gerais indústrias que possam beneficiar as produções Agropecuárias, que podem ser do café, leite, frigoríficos, para aumentar a demanda dos produtos agropecuários de Minas e gerar riquezas com produtos de maior valor agregado.

7. Jornal AgroNegócio: A agricultura e pecuária mineira vive um período de crise causada pelo longo período de seca e desabastecimento de água em nosso Estado. Quais medidas estão sendo adotadas para minimizar este problema e para conter os prejuízos causados pelo longo período de seca?

João Cruz Reis Filho: O problema da estiagem é recorrente, aparecendo em determinados ciclos, estamos atravessando um momento muito severo, porque é o segundo ano consecutivo de estiagem e isto traz muita preocupação para a agricultura e pecuária. Logo que assumimos a Secretaria nos antecipamos demandando da EMATER que fizesse um levantamento em todas as gerências regionais sobre o impacto da estiagem no café, milho, soja, feijão, pecuária de leite e corte e constatamos perdas de até 50% em determinadas culturas. Preparamos um ofício baseado nestas informações e encaminhamos para a Ministra da Agricultura Kátia Abreu solicitando dela diversas ações como; dilatação de prazo de pagamento de dívidas agrícolas, perdão de juros, renovação de contratos, enfim, uma série de medidas na esfera do Governo Federal, para poder ajudar os produtores rurais de Minas.

8. Jornal AgroNegócio: O prazo para preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) foi prorrogado até maio de 2016. Minas Gerais tem aproximadamente 550 mil propriedades rurais e apenas 240 mil estão cadastradas. Qual o motivo do baixo número de propriedades cadastradas e como será promovido o cadastro de todas as propriedades rurais?

João Cruz Reis Filho: O Governo Federal desenvolveu uma plataforma extremamente eficiente o Sicar Offline, onde os cadastros podem ser preenchidos off line. O técnico baixa o mapa de satélite daquele município, preenche o cadastro sem acesso à internet e no final do dia com uma boa conexão, dá um upload e finaliza o cadastro. O Governo Federal disponibilizou gratuitamente este sistema para todos os estados que desejassem e 22 estados aderiram a esta plataforma. Infelizmente o governo anterior tomou uma decisão equivocada em Minas Gerais, decidindo pagar para fazer um sistema próprio pior que o sistema do Governo Federal. Desenvolveram um sistema assentado em uma plataforma on line, onde o CAR somente poderia ser preenchido por quem tivesse acesso a internet e quando muitas pessoas tentavam fazer o cadastro simultaneamente o sistema ficava fora do ar. A culpa não é do produtor de Minas Gerais, a culpa é de uma decisão equivocada do antigo governo. A primeira decisão do nosso novo governo em conjunto com a Secretaria do Meio Ambiente foi

Todo produtor certificado pelo Certifica Minas Café automaticamente será reconhecido pela 4C Association, isso irá proporcionar para ele um ganho de mercado em escala mundial e uma chancela internacional do trabalho que é desenvolvido pelo Certifica Minas Café. Também iremos estimular o cooperativismo, indicações geográficas, onde já existe um belíssimo trabalho no cerrado mineiro, tudo são estratégias para agregação de valor ao nosso café.

aderir a plataforma do Governo Federal e a partir do último dia 08, os proprietários rurais de Minas Gerais já podem realizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) no novo programa.

9. Jornal AgroNegócio: O antigo Governo anunciou uma PPP (Parceria Público Privada) para reforma do Parque da Gameleira. Aconteceu esta parceria público privada, o parque de exposições será reformado?

João Cruz Reis Filho: Foi feito um chamamento público pelo governo do Estado, porém eles fizeram um desenho de PPP onde não apareceu nenhum interessado em fazer esta parceria. Recebemos o Parque da Gameleira em um estado muito precário, quase de abandono. Estamos fazendo uma intervenção de manutenção e já fizemos a 55ª Exposição Estadual Agropecuária, que foi um sucesso. O produtor rural de Minas Gerais não pode ser marginalizado, o Parque da Gameleira é um patrimônio do produtor rural e queremos que as exposições permaneçam na Gameleira. Para fazermos as melhorias que são necessárias não descartamos a possibilidade de fazermos um novo desenho de PPP, porém que favoreça o produtor rural e o expositor.

10. Jornal AgroNegócio: Vivemos um período de

crise econômica em nosso país, e em outras crises anteriores o agronegócio segurou a economia brasileira. Quais são as expectativas que o produtor rural deve ter, a seu ver para os dois próximos anos?

João Cruz Reis Filho: Realmente vivemos uma crise econômica e política agravada pela crise internacional que traz impactos para o Brasil, mas a superação da crise começa na produção agropecuária. Não tenho dúvida que o produtor rural será o parceiro do governo para a superação da crise. Um terço do PIB de Minas Gerais vêm do setor agropecuário. A agropecuária do estado obteve um crescimento de 3,4% em relação ao trimestre anterior. Entre os meses de abril e junho de 2015, porém, mesmo com a permanência do cenário desfavorável nas economias mineira e brasileira, a retração do nível de atividade econômica no estado foi mais amena do que a observada para a economia nacional.

Tenho uma mensagem de otimismo para os produtores rurais de nosso estado. Eles terão todo o apoio do Governo do Estado através da Secretaria

da Agricultura e sobretudo porque os produtos alimentícios estão na escala primária nas necessidades da população. Em momentos de crise deixamos de consumir supérfluos, mas alimentos, não. A demanda por alimentos continua aumentando.

11. Jornal AgroNegócio: Quando o ainda candidato Fernando Pimentel esteve na FAEMG em campanha, ele disse que o Governo dele seria o governo do diálogo com todos os setores da sociedade. Como está sendo este diálogo com o setor produtivo?

João Cruz Reis Filho: Este diálogo já está acontecendo em todas as esferas de governo, temos percorrido todo o estado de Minas Gerais com a missão de ouvir para governar. Temos feito reuniões com presidentes de sindicatos rurais, cooperativas, associações de produtores, lideranças locais. Durante a Expozebú, nós transferimos simbolicamente a Secretaria da Agricultura para o Parque Fernando Costa em Uberaba durante uma semana, para estarmos próximo ao produtor rural, aumentando o canal de diálogo, facilitando o acesso do produtor com os tomadores de decisões de Minas Gerais. Queremos fazer um governo de todos os mineiros e para todos os mineiros e o setor rural será ouvido sempre em suas reivindicações.



CASA DO EUCALIPTO

*Mourões P/ Cerca
*Esticadores
*Postes
*Tocos P/ Curral.

Visite-nos e conheça a utilização do Eucalipto na construção civil, em telhados e galpões, uma opção econômica e de muito bom gosto.

Av. Rio Bahia, 2880 (Ao Lado da Cooperativa)
Bairro Altinópolis - Governador Valadares

FONE:
(33) 3271-5269



Eucalipto Tratado e In Natura, Com Qualidade e Preço Baixo



agro DIREITOS

Agrodireitos



ARRUDA
GOMES
GONÇALVES
OLIVEIRA

A cédula de produto rural como instrumento de financiamento rural

Silvio Mendes Arruda, advogado formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, inscrito sob o número 131.598 nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Minas Gerais.



É de conhecimento geral que a atividade agrícola encontra-se exposta a inúmeros riscos e intempéries que colocam o homem do campo em situação de insegurança. Devido às peculiares características da produção agrícola, em que figuram como protagonistas uma série de fatores externos, como desastres climáticos, flutuações do mercado e tabelamento de preços, foge ao controle do produtor boa parte dos aspectos essenciais ao desenvolvimento do empreendimento rural.

Relativamente à etapa de comercialização, muitas vezes o agricultor, nas épocas normais da colheita e venda dos produtos, não encontra os preços mínimos necessários à manutenção sustentável de sua atividade. Seja em função da variação da demanda interna e/ou externa, seja em virtude de variações na política cambial, fato é que o produtor está sempre à mercê da queda do valor de seus produtos.

De outro lado, problema crônico que atinge o setor é exatamente o da insuficiência de recursos para o financiamento rural, bem como da pouca racionalidade no alocamento das verbas destinadas a esse fim. A escassez de linhas de crédito adequadas à realidade do campo faz com que os produtores procurem alternativas junto aos bancos, sendo que as instituições financeiras têm adotado uma linha rígida para a concessão dos empréstimos, impondo aos mutuários onerosidade excessiva, mediante prazos de amortização inflexíveis e cláusulas abusivas, que beiram a torpeza.

Verifica-se, na prática, o endividamento crescente da classe produtora, muito em virtude da inflexibilidade das instituições financeiras na concessão e execução destes financiamentos, postura que, no mais das vezes, sequer encontra amparo na legislação vigente.

É nesse contexto desalentador que a Cédula de Produto Rural – CPR e sua variante, a Cédula de

Produto Rural Financeira – CPRf, surgem como alternativas colocadas à disposição do produtor rural, suas associações e cooperativas, para diminuir a dependência do crédito bancário, bem como para dar maior previsibilidade e segurança à atividade agrícola.

Instituída pela Lei 8.929, de 22 de agosto de 1994, a CPR é um título de crédito, como os cheques e as notas promissórias, no entanto, tendo em vista os motivos que ensejaram sua criação, possui características específicas, que objetivam exatamente o fortalecimento do produtor rural.

Somente podendo ser emitida por agricultores, suas associações e cooperativas, a CPR consubstancia uma promessa de entrega, em data futura, do produto rural nela especificado, quantitativamente e qualitativamente. Trata-se, pois, de uma alienação antecipada da produção, de forma que em seu bojo sempre deverá estar abarcada uma operação de venda e compra do produto rural.

O objetivo da legislação, ao permitir a comercialização de safras e produções futuras, foi o de, além de possibilitar ao produtor rural o acesso a crédito em condições menos onerosas, conferir maior previsibilidade em relação aos preços praticados, uma vez que o agricultor tem condições de, mesmo antes de seus produtos estarem disponíveis no mercado, fixar o valor esperado para os mesmos, conferindo maior segurança à atividade agrária.

Dessa forma, assim como a duplicata mercantil encontra-se lastreada por uma operação comercial, a CPR, para ter sua validade jurídica perfeitamente ajustada, estará vinculada a uma venda e compra de produto rural que respaldará sua emissão. Caso isso não ocorra, a CPR terá sua condição jurídica de título executivo irremediavelmente abalada.

Como bem leciona o professor Lutero de Pai-

va Pereira: “Como contrato de venda e compra de produto rural, a CPR não pode ser confundida, por exemplo, com contrato de permuta, razão pela qual a parte do comprador/beneficiário no negócio será sempre a de pagar o valor da aquisição em dinheiro e não a de entregar ou bem ao vendedor/emitente.”

Não obstante a clareza da lei, suas finalidades e propósitos, infelizmente, temos observado na prática cotidiana várias situações de desvirtuamento da CPR. Utilizada indevidamente para empréstimos, refinanciamentos de débitos bancários, permutas, muitas vezes por insumos agrícolas, a CPR vai aos poucos perdendo sua função protetiva do produtor rural, que se vê obrigado a emitir o título em situações não amparadas pela legislação.

Em tais casos, observa-se que o agricultor não detém acesso ao crédito mais barato e tão pouco consegue prover maior estabilidade aos preços de seu produto, pervertendo totalmente os objetivos do legislador. Por óbvio, diante destas ilicitudes, pode o produtor rural valer do Poder Judiciário para resguardar seus interesses e restabelecer os padrões de legalidade, buscando a declaração de nulidade da CPR emitida, tal qual ocorre com uma duplicata “fria”.

Realizados esses breves esclarecimentos, fica evidente a importância da Cédula de Produto Rural como instrumento de fomento à atividade agrícola, devendo todos aqueles que militam no setor zelar pela sua correta utilização. Dessa forma, em casos de abusividade e desvirtuamento na emissão do título, o Judiciário deverá ser acionado para proteger os interesses legitimamente estabelecidos, em especial o fortalecimento do homem do campo, o desenvolvimento da produção rural do País, visando ao regular abastecimento alimentício, o bem-estar do povo e a garantia da melhoria do padrão de vida das populações camponesas.



ARRUDA • GOMES • GONÇALVES • OLIVEIRA
advogados associados

Rua Padre Francisco Arantes, 62 - São Bento
Belo Horizonte/MG - CEP 30380 730 - Tel.: 31- 2514-0622



Porteiras abertas para o Cadastro Rural

Fonte: Ascom Seapa

A partir do último dia 08, os proprietários rurais de Minas Gerais podem realizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) num novo programa de computador (Sicar Offline) disponibilizado pelo governo federal. Além disso, várias secretarias, autarquias e empresas que compõem o governo de Minas, bem como o setor privado, estão unindo esforços para que o CAR esteja concluído até maio do ano que vem. Este é o prazo limite estabelecido pelo Novo Código Florestal Brasileiro, implantado em maio de 2012. O primeiro prazo para todo o país, vencido este ano, foi prorrogado em 12 meses e, salvo mudanças, não poderá ser estendido.

De acordo com dados da Superintendência de Desenvolvimento Social e Ambiental (SDSA), da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa), existem 550 mil propriedades rurais em Minas, sendo que apenas 240 mil fizeram o CAR até agora, pouco mais de 40% do total. O produtor que não fizer o cadastramento até maio de 2016, poderá receber multas e ter restrição de acesso a financiamentos de bancos oficiais.

Em Minas, nove órgãos estão se unindo para facilitar a vida do proprietário que ainda não se cadastrou. O plano é transferir a prerrogativa que era somente da Secretaria de Meio Ambiente (Semad), para uma parceria com outros oito componentes, entre governamentais ou não, que usarão também suas bases físicas e funcionários em todo estado para dar mais opções ao proprietário, inclusive com o uso de computadores desses órgãos para download e envio do cadastro.

Secretaria de Agricultura (Seapa) e suas vinculadas Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), participarão do processo. E está prevista a parceria com a Federação da Agricultura de Minas Gerais (Faemg), Associação Mineira de Municípios (AMM), Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (Fetaemg), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (Ocemg). Todos poderão



ser procurados e formam o bloco que tentará elevar ao máximo o número de cadastrados.

O CAR (que é gratuito para o pequeno proprietário) é um registro obrigatório para todos os imóveis rurais do país e tem o objetivo de monitorar e combater o desmatamento das florestas e de outras coberturas de vegetação do país. É também um norte para o planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.

O Sicar Offline é um programa similar ao adotado pela Receita Federal nas declarações do imposto de renda e permitirá que os usuários informem seus dados sem estarem conectados à internet. A conexão somente será necessária para a realização do download e no momento de envio do cadastro. O programa estará disponível para download a partir do dia 08 de setembro, mas os novos cadastros e a retificação de dados já informados só poderão ser realizados a partir do dia 22 de setembro, quando as retificações e acessos aos recibos serão feitos no novo endereço: www.car.mg.gov.br

Mais simples

O gerente de Gestão de Reserva Legal do Instituto Estadual de Florestas (IEF), Gustavo Luiz Godoi de Faria Fernandes, explica que os dados solicitados no novo Sicar Offline são exatamente os mesmos do antigo sistema: situação fundiária, lo-

calização geográfica, situação das áreas de reserva legal, Preservação Permanente (APPs) e Uso Restrito, dentre outros. "O fato de os usuários poderem fazer seus cadastros mesmo sem estarem conectados à internet, minimiza os possíveis erros do sistema", acredita Gustavo Godoi Fernandes. "O novo sistema contará com diversas ferramentas de auxílio na elaboração e inserção dos imóveis rurais e os usuários terão total controle da situação dos seus cadastros", completa.

Os cadastros já concluídos e finalizados no Sicar/MG (o sistema antigo) não precisarão ser refeitos. Já os que ainda aguardam a transmissão e posterior emissão do recibo não serão comprometidos. Entre os dias 08 e 22 de setembro, não será possível retificar os cadastros feitos no atual sistema e nem baixar os recibos estaduais e federais dos mesmos.

Para o secretário de Agricultura João Cruz, a união de esforços para o sucesso do CAR é uma prova da nova mentalidade do governo de Minas. "O estado usa e une suas forças por meio de suas secretarias e instituições, em parceria com entidades privadas para o êxito de projetos dessa envergadura. Nesse caso específico, quero saudar o produtor rural que ganha a oportunidade de facilitar a legalização de sua propriedade e negócio, podendo, com isso, usufruir plenamente de seus direitos."

Nova guia eletrônica do IMA

Rodolpho Sélos

A partir de 14 de setembro os veterinários habilitados para emitir as Guias de Trânsito Animal (GTA's) para o transporte de aves e suínos em Minas estão utilizando o modelo eletrônico para este documento desenvolvido e disponibilizado pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) no software do Sistema de Defesa Agropecuária (Sidagro). Até então era utilizado um modelo impresso que era adquirido nos escritórios do Instituto.

O e-GTA está integrado à Base de Dados Única do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e trará como vantagens a rapidez na rastreabilidade do trânsito de aves e suínos no estado, além de proporcionar o controle mais seguro do saldo destes animais nas granjas. Isso porque as informações estarão disponíveis tanto para o IMA como para o Mapa assim que forem adicionadas no Sidagro pelos veterinários habilitados.

"Com o documento eletrônico teremos acesso a dados populacionais como nascimento e mortalidade, o que nos permitirá também acompanhar os motivos para possíveis reduções dos plantéis destes animais, informações que são importantes para a área de defesa sanitária", explica o gerente de Defesa Animal do IMA, Bruno Rocha Melo.

O gerente argumenta ainda que esse conjunto de informações trará um benefício adicional, no caso da suinocultura, pois fornecerá subsídios para as ações do IMA e dos agentes do setor visando o reconhecimento do estado de Minas como livre de peste suína clássica pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

A e-GTA poderá ser consultada e ter sua autenticidade atestada em tempo real. Produtores rurais e responsáveis técnicos para a emissão das guias deverão comparecer a um dos escritórios do

trará mais rapidez na rastreabilidade de aves e suínos

IMA para atualizar os dados cadastrais pessoais, das propriedades e dos plantéis.

Para facilitar o uso da guia eletrônica e-GTA o IMA promoveu vários cursos de capacitação técnica para veterinários habilitados. Além disso, os profissionais testaram a emissão eletrônica por meio de um site específico, sugeriram ideias e esclareceram as dúvidas junto à equipe responsável pelo sistema no Instituto.

A guia eletrônica e-GTA para bovinos, caprinos e ovinos já é emitida pelo IMA desde 2012, com um volume anual de cerca de 1,2 milhão de guias. Com a emissão do modelo eletrônico agora para suínos e aves a estimativa é de aumento de mais 280 mil e-GTAs por ano, das quais 94% expedidas por veterinários habilitados pelo IMA. O restante é feito diretamente no escritório do Instituto.

"12 Anos de Sucesso em Nossa Região"

www.icbrahman.com

Apenas 5 km de
Governador Valadares
**VENDAS DE TOUROS
E MATRIZES**
(33) 9941-9898
Isaac Persiano



Sucessão na produção leiteira

Sucessão na produção leiteira requer planejamento e diálogo

Texto de Carolina Pereira

A questão da sucessão da agricultura familiar foi destaque na última quarta-feira (16/09), no 2º Encontro Pan-americano de Jovens Produtores de Leite. O analista da Embrapa Gado de Leite, Fábio Diniz e o consultor de cooperativas na área de sucessão na agricultura familiar, Lucildo Ahlert, abordaram a temática sob diferentes aspectos e apresentaram possíveis soluções para que os produtores não enfrentem tantas dificuldades no momento da sucessão.

As famílias no meio rural estão envelhecendo sem perspectiva de um sucessor para dar continuidade às atividades produtivas, já que grande parte dos jovens migra para os centros urbanos em busca de oportunidades de desenvolvimento profissional e realização pessoal. "Para ser economicamente viável, a produção leiteira requer dedicação intensiva. Além disso, a atividade está sujeita aos riscos climáticos, mercadológicos e biológicos. Muitos jovens preferem ter um emprego fixo na cidade, com salário certo, férias definidas e maior variedade de lazer", explicou o analista Fábio Diniz, que conduziu pesquisa sobre o tema junto a filhos de produtores. Os estudos, porém, identificaram que a percepção de qualidade de vida é superior no campo.

Por parte do sucedido, o maior entrave é saber lidar com a perda de poder. Diniz afirma: "A partir do momento em que o pai passa o controle da propriedade para o filho, sente que deixa de ser referência em sua comunidade. Para muitos, quando a sucessão remete à perda da capacidade ou condição de administrar sua propriedade. Ou seja, remete a uma morte social".

O consultor Lucildo Ahlert apresentou as mudanças na realidade de pais e filhos ao longo do tempo e discutiu a sucessão da agricultura familiar como ainda sendo um tabu nas famílias devido a questão da herança. Ahlert explicou que a longe-



vidade dos pais também posterga a sucessão, que ocorre tardiamente.

Para o futuro das propriedades, Lucildo acredita na aplicação de um plano para a sucessão ser mais harmônica. "Os pais devem preparar os filhos para o empreendedorismo e estimular a visão de negócios nos filhos. A partir daí uma das soluções é preparar o plano de sucessão e começar uma gestão compartilhada para transferir gradualmente a propriedade e finalizar o processo", explica. Ter um planejamento de longo prazo do processo de sucessão, feito com auxílio de um extensionista ru-

ral ou pessoa especializada, auxilia na redução de conflitos familiares.

Vivenciando esta temática, o produtor rural César Augusto Figueiredo, da Cooperativa Agropecuária de Parauapeba/MG, está iniciando a sucessão na propriedade da família e, apesar das barreiras, está confiante. "O processo é bem lento, mas com o tempo eu e minha família estamos nos estruturando. Meus pais me apoiam com certo receio, mas com o tempo isso vem evoluindo", afirma o jovem que ainda destacou a importância da cooperativa para o sucesso das atividades.






10 WORKSHOP COOPERATIVA

TUDO O QUE VOCÊ PRECISA SABER
SOBRE GENÉTICA, MANEJO DE PASTAGENS
E GESTÃO DE PESSOAS
EM PROPRIEDADES RURAIS.

LOCAL: SEGUNDA 28 DE SETEMBRO
UNIÃO RURALISTA RIO DOCE GOVERNADOR VALADARES

07H30 PALESTRANTES DE
RENOME NACIONAL

A força do cooperado está aqui!

VENHA ADQUIRIR CONHECIMENTO E TROCAR EXPERIÊNCIAS

Programação

- 07h30 – CAFÉ "COM LEITE" E CREDENCIAMENTO
- 08h00 – ABERTURA OFICIAL
- 08h30 – PROJETO CRÊSER GENÉTICA - FIV



PALESTRA: APLICAÇÕES DA FIV PARA REBANHOS BOVINOS NOS DIAS ATUAIS: APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS 2014/2015
PALESTRANTE: ANTÔNIO CARLOS NOGUEIRA VIEIRA
Diretor Comercial para América Latina Grupo In vitro Brasil S/A. Médico veterinário, Graduado pela Universidade Tuiuti do Paraná.

- 10h30 – APRESENTAÇÃO DAS FAZENDAS FORNECEDORAS DE GENÉTICA
- 11h00 – MOMENTO DOS PARCEIROS
- 12h00 – ALMOÇO



PALESTRA: GESTÃO DE PESSOAS EM PROPRIEDADES RURAIS
PALESTRANTE: MARCELO CABRAL
Médico Veterinário formado pela UFMG; Especialista em Gestão de RH da FIA/USP; Consultor do SEBRAE-MG em Gestão da Qualidade e em programas de Empreendedorismo; Coordenador e principal facilitador do Curso de Gerenciamento de empresas rurais do Rehagro; Professor das disciplinas de Gestão de Pessoas nos cursos de pós-graduação do Rehagro; Facilitador dos cursos da FAEMG.

- 13h00 – PROJETO CRÊSER LEITE - EDUCAMPO
- 14h30 – MOMENTO PARCEIROS
- 15h00 – PROJETO CRÊSER LEITE - EDUCAMPO



PALESTRA: MANEJO DE PASTAGEM
PALESTRANTE: SILA CARNEIRO
PHD em Agronomia de Pastagens pela Massey University, Nova Zelândia, em 1994. Mestre em Nutrição Animal e Pastagens pela Escola de Agricultura "Luiz de Queiroz" em 1990. Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" em 1986.

- 16h30 – ENCERRAMENTO
- SORTEIO DE R\$ 10.000,00 EM PREMIAÇÕES (PRENHEZES e RAÇÃO)**

Realização:



Agropecuária Vale do Rio Doce
28502-1999



Sebrae Educampo
Educação e Inovação em Empreendedorismo Rural



ivb
Instituto de Investimentos em Valorização

Parceiros:



SICOOB
Crediriodoce



BANCO DO BRASIL



ourofino
saúde animal



Virbac



UNIÃO RURALISTA RIO DOCE

Informações do Setor Cafeeiro

Thiago Fernandes – Emater-MG

Emater-mg e conab vão aperfeiçoar as informações do setor cafeeiro em Minas Gerais. Parceria visa criar nova ferramenta de análise de dados, que passará por validação em campo através da Emater-MG.

Qualificar as informações sobre o parque cafeeiro de Minas Gerais. Esse é o objetivo de um acordo de cooperação técnica firmado entre a Secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Representantes dessas instituições estiveram reunidos nesta segunda e terça-feira, em Belo Horizonte, discutindo a criação de uma ferramenta mais eficaz na análise e validação de dados do setor no Estado.

“O café é um dos principais produtos da agropecuária mineira e com grande impacto econômico para o Estado. A Conab realiza estudos e estatística e levantamentos sobre a produção, expectativas e colheita, mas carece de validação das informações no campo. A parceria visa criar uma ferramenta capaz de unir a metodologia de geoprocessamento da Conab com a presença que Emater-MG possui no campo e assim ter informações validadas”, explica o gerente do Departamento Técnico da Emater-MG, Leonardo Kalil.

De acordo com o superintendente de Informações do Agronegócio da Conab, Aroldo Antônio de Oliveira Neto, a ferramenta também ajudará no mapeamento das áreas de plantio, produção e produtividade do setor cafeeiro. “Com as informações corretas sobre a produção e produtividade podemos identificar, por exemplo, regiões com menos produtividade e as razões, se é falta de novas tecnologias, o clima ou outros motivos. As informa-



ções influenciam diretamente no direcionamento de políticas públicas para o produtor rural. Dados qualificados respaldam os agentes no momento de tomar as decisões”, destaca.

Minas Gerais é o maior produtor de café do Brasil, segundo dados da Conab. A expectativa de produção gerada na safra 2014/2015 é de 23,6 milhões de sacas. “O setor fica vulnerável a especulações de preços e qualquer informação pode influenciar no mercado. Com um sistema mais confiável teremos mais segurança na divulgação dos dados e os produtores correm menos riscos de

sofrer impactos através das especulações”, ressalta Kalil.

Plano de Trabalho

Na reunião em Belo Horizonte, os representantes das instituições elaboraram um plano de ações para a execução do projeto. A Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig) faz parte da comissão que irá criar o projeto. Além de ter profissionais qualificados na área de geoprocessamento, a criação da ferramenta também poderá gerar demandas de pesquisas para a instituição.

Setor Cafeeiro prepara-se para 2015: Desafios e Potencialidades

Fonte: FAEMG



Com queda de produtividade e elevação dos custos decorrente da seca, setor defende políticas públicas e gestão integrada, visando à profissionalização e qualificação da cadeia produtiva. Com a queda de produtividade e consequente elevação dos custos, em função do atual período de seca, o setor cafeeiro mantém o foco nas políticas públicas e gestão integrada.

A meta para 2015 é direcionar esforços para profissionalizar e qualificar a cadeia produtiva, a

começar pela elaboração de políticas públicas de mapeamento do setor, condição básica para organização dos programas, projetos e ações, bem como distribuição coerente dos recursos. A ideia é, ainda, implementar a governança e gestão eficaz das propriedades produtoras - a maioria de pequeno porte. “O grande desafio é fazer com que o produtor tenha acesso aos números e siga um programa de gestão”, sintetiza o diretor da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais

(Faemg) e presidente das Comissões de Café da Faemg e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Breno Pereira de Mesquita.

A Faemg projeta perda de cerca de 30% para a atual safra do café mineiro, em fase de colheita. A previsão baseia-se em levantamentos das cooperativas - em especial a Cooxupé, a maior do país - e por entidades como o Procafé, da cidade de Varginha. Na próxima safra, em 2015, o setor cafeeiro estima que o efeito do período de seca sobre a produção também seja sentido, comprometendo a produção de café arábica do Brasil. De acordo com o diretor, com a falta de chuva, muitos produtores não puderam fazer todos os tratamentos necessários. “Grande parcela da plantação não passou por processo de transformação dos grãos em sementes, o que resultará na queda na produtividade”, explica. Segundo Mesquita, nesse momento, o investimento em cursos de profissionalização para o cafeicultor torna-se imprescindível, assim como o desenvolvimento e implementação de programa de marketing que ressalte as características das várias regiões produtoras brasileiras, valorizando, especialmente no exterior, as peculiaridades e qualidade elevada dos cafés nacionais.

Outro importante desafio consiste no desenvolvimento de pesquisa aplicada, por exemplo, na área de tecnologia para colheita em área montanhosa, aumento da produtividade e combate às pragas. Potencialidades O Brasil é o maior produtor e exportador de café do mundo. O produto representa 5,5% das exportações de agronegócio nacional, ocupando a posição de segunda maior commodity mundial, atrás, apenas, do petróleo. Especializado em café Arábica, o país produz de 45 mi a 50 mi de sacas por ano, aproximadamente 20 milhões de sacas para consumo interno e 30 milhões para exportação. Além da importância econômica, a relevância social da cadeia produtiva reflete-se nos empregos gerados, direta e indiretamente, de cerca de 8,4 milhões de pessoas.

- Georreferenciamento de imóveis rurais
- Regularização ambiental (reserva legal, outorga de água, outros...)
- CAR Cadastro Ambiental Rural
- Regularização de terras devolutas
- Elaboração de plantas topográficas
- Elaboração de projetos de crédito rural



AgroAmbiental
Consultoria

Vulmar Sayão de Brito

CREAMG: 19.841

Tel.: 9989-5313 / 3276-5328

e-mail: vulmarsayao@hotmail.com

Namir Augusto de Mello

CREAMG: 93.976

Tel.: 8407-5654 / 9989-5572

e-mail: namirmello@hotmail.com

Maior evento de café do país renova debate sobre cenário econômico e oportunidades

Diretor da FAEMG e presidente das Comissões de Cafeicultura da entidade e da CNA, Breno Mesquita diz que evento será momento para setor conversar sobre as novas oportunidades do mercado cafeeiro e estratégias para driblar a crise.

O período de realização da Semana Internacional do Café (SIC) – entre 24 e 26 de setembro, no Expominas, em Belo Horizonte – coincide com o encerramento de mais uma safra do grão no Brasil. Este momento, em que um grande volume do produto chega ao mercado e os produtores já começam a planejar a próxima safra, é muito oportuno para que todos dialoguem sobre os desafios do mercado e tracem estratégias para transpor as adversidades econômicas.

Além da crise, que trouxe reflexos aos custos de produção, os problemas climáticos também interferiram nos resultados dessa safra. De acordo com o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg), Roberto Simões, o longo período sem chuva e a temperatura muito acima da média histórica resultaram na ocorrência de grãos miúdos, com perda em quantidade e qualidade. “Ao final do processo, os produtores ainda amargaram queda nos preços pela saca”, afirma. Para este ano, a expectativa é que o estado de Minas Gerais contribua com 50% da produção nacional, estimada em 44,3 milhões de sacas.

Diante desse cenário, surgem alguns desafios que precisam ser driblados: administrar, de forma estratégica, o escoamento da produção, realizar uma gestão otimizada do caixa e ainda planejar e investir na próxima safra. Simões pondera que, em função dessa realidade, torna-se imprescindível elencar prioridades e alternativas rentáveis, que não estejam suscetíveis às variações do mercado ou da economia. “Temos dados que nos apontam que a melhor aposta é a produção de cafés especiais, que têm colocado em evidência as regiões produtoras de Minas Gerais”, ressalta.

A produção de cafés especiais no Brasil cresce entre 10% a 15% a cada ano. Atualmente, de acordo com a Brazil Speciality Coffee Association (BSCA), cerca de 10% do café produzido no país é especial. Segundo dados do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), o preço médio de venda das sacas de cafécommodity, entre janeiro e julho deste ano, foi de U\$176,58, sendo que os naturais médios alcançaram U\$ 156,51 e os especiais atingiram um patamar de U\$ 229,37.

O diretor da Faemg, Breno Mesquita, afirma que, além de apresentarem uma boa rentabilidade, os cafés especiais não estão sujeitos às oscilações da bolsa de valores. “O Brasil sempre se destacou como um grande produtor de café commodity, que é cotado na bolsa de Nova Iorque e, por isso, sofre com as diferentes variações do mercado. Até mesmo uma alteração climática interfere no seu valor”, afirma. Para ele, é importante evidenciar que o país não é referência apenas em quantidade, mas também em qualidade. “E durante a Semana Internacional do Café teremos a oportunidade de mostrar ao mundo o diferencial dos nossos cafés”, ressalta.

Entre os maiores consumidores dos cafés es-



Fotos: Bruno Lavorato

peciais brasileiros estão Japão, Estados Unidos e União Europeia. Já o mercado interno tem ainda muito potencial para crescer: das atuais 20 milhões de sacas consumidas no país, estima-se que apenas um milhão seja de cafés especiais.

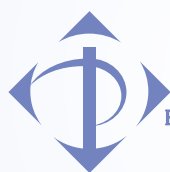
O secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, João Cruz, também acredita que a qualidade do café tem sido, cada vez mais, um componente de destaque no mercado atual, sendo crescente a demanda pelos cafés finos ou especiais. “O café experimenta uma revolução, tanto nas formas de consumo, quanto com a tendência das monodoses a partir de cápsulas para cafeteiras e com o consumo fora do lar, em ambientes gourmet, padarias, supermercados e cafe-

terias”, afirma.

O mercado de cafés especiais é um dos assuntos que estará em pauta na programação que será oferecida durante a terceira edição da Semana Internacional do Café. Os grãos especiais poderão ainda ser degustados por compradores de diversos países nas salas de cupping. Resultados expressivos, somados à expertise adquirida ao longo das edições anteriores, solidificam a SIC entre os cinco maiores eventos de café do mundo. Durante o encontro, cafeicultores, torrefadores, classificadores, exportadores, compradores, fornecedores, empresários, baristas e apreciadores de todo o mundo poderão trocar experiências e unir forças para potencializar as oportunidades do mercado.



Fotos: Faemg



PROJET
ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA
CNPJ 02.929.082/0001-89

MEDIÇÕES DE PROPRIEDADES RURAIS:
CADASTRO DIVISÕES, DEMARCAÇÃO E
RESERVA LEGAL E GEORREFERENCIAMENTO

Engº Edezio Liandro de Almeida

Engenheiro Civil - CREA/MG 60680/D - Credenciado pelo INCRA - Código CXS

Soluções na medida certa para topografia e agrimensura

Rua Martins de Souza, 45 Morada do Vale
Gov. Valadares - MG - E-mail: projet@veloxmail.com.br

TELS.: (33) 3273-1810 / 9987-0072



Ração Lactação
Semi-confinamento
Suínos e aves
Sal proteinado
e nutrientes
(Milho, Soja,
Caroço de Algodão)

**FABRICAÇÃO
PRÓPRIA**

Tel.: (33) 3271-3350

Rua São Paulo, 1054 - Centro - Gov. Valadares - MG
EM FRENTE AO CORPO DE BOMBEIRO

Entrevista: Vanusia Nogueira, Diretora-executiva da BSCA (Associação Brasileira de Cafés Especiais)

Jornal AgroNegócio: Qual a história da BSCA e quais seus objetivos?

Vanusia Nogueira: A Associação Brasileira de Cafés Especiais foi fundada em 1991, por meio de iniciativa de 12 produtores que possuíam visão além de seu tempo, já vislumbrando as oportunidades comerciais que investir em qualidade traria. É uma sociedade civil sem fins lucrativos que congrega pessoas físicas e jurídicas no mercado interno e externo de cafés especiais, buscando difundir e estimular o aprimoramento técnico na produção, comercialização e industrialização desses produtos, além de promover, principalmente nas áreas cafeeiras, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento ambiental sustentável, através de programas, projetos e parcerias com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

A BSCA tem por finalidade, através de pesquisas, difusão de técnicas de controle de qualidade e promoção de produtos, elevar os padrões de excelência dos cafés brasileiros oferecidos ao mercado interno e externo. A entidade é a única instituição brasileira a certificar lotes e monitorar selos de controle de qualidade de cafés especiais, com rastreabilidade total através de numeração individual, que pode ser consultada pelo consumidor através do site www.bsca.com.br.

Jornal AgroNegócio: Quais são as vantagens para o produtor em investir em café de qualidade?

Vanusia Nogueira: É necessário recordar que os investimentos iniciais para se ingressar no nicho de cafés especiais são elevados, haja vista que, como toda atividade agrícola, está sujeito às intempéries e adversidades climáticas, e, por necessitar de grande esmero na produção, necessita de mão de obra qualificada. Entretanto, o retorno obtido é substancial e justifica cada real investido. Isso porque, apesar de se tratar de uma commodity, o café especial tem algumas vantagens na comercialização, como o contato direto entre produtores e compradores, o que gera valores médios não tão flutuantes conforme as oscilações de mercado e cerca de 40% maiores do que os preços dos cafés convencionais. Além disso, os produtores dos cafés especiais têm um ganho natural em sua propriedade, a qual, pela necessidade imposta das exigências desse nicho de mercado, tem que ser sustentável ambiental, econômica e socialmente. Ou seja, as pessoas que ingressam nesse nicho, criam uma plataforma sólida em suas lavouras e propriedades, que são certificadas e, automaticamente, passam a ser mais valorizadas, com o mercado comprador reconhecendo esse trabalho e pagando melhores preços pelos produtos originários dessas localidades.

E todo esse contexto se enquadra em um cenário de franca expansão do mercado de cafés especiais. O produtor pesquisou, estudou e entendeu que, hoje, ingressar nesse nicho é uma das melhores formas para trabalhar na cafeicultura com rentabilidade.

Por também se tratar de produções reconhecidamente certificadas, esses cafeicultores se preocupam sobremaneira com o meio ambiente e com a questão social em suas propriedades, uma tendência que praticamente vem se tornando exigência do mercado consumidor, em especial o internacional, o que estimula esses cafeicultores a investirem cada vez mais e, conseqüentemente, atenderem à crescente demanda. Para se ter ideia, ao passo que se registra um incremento do mercado cafeeiro mundial em torno de 1,5% a 2% ao ano, os cafés especiais vêm apresentando uma evolução na casa dos 15%.

Jornal AgroNegócio: O que é café de origem certificada, café gourmet, café orgânico e café fair trade?

Vanusia Nogueira: — Café de origem certificada: está relacionado às regiões de origem dos plantios, pois alguns dos atributos de qualidade do produto são inerentes à região onde a planta é cultivada.

— Café gourmet: são grãos de café arábica, com peneira superior a 16 e de alta qualidade. Trata-se de um produto diferenciado, quase isento de defeitos.

— Café orgânico: é produzido sob as regras da agricultura orgânica. O café deve ser cultivado exclusivamente com fertilizantes orgânicos e o controle de pragas e doenças deve ser feito biologicamente. Apesar de ter maior valor comercial, para ser considerado como café especial, o produto orgânico deve possuir especificações qualitativas que agreguem valor e o fortaleçam no mercado.

— Café fair trade: é consumido em países desenvolvidos por consumidores preocupados com as condições socioambientais sob as quais o café é cultivado. Nesse caso, o consumidor paga mais pelo café produzido por pequenos agricultores ou sistemas de produção sombreados, onde a cultura é associada à floresta. É muito empregado na produção de cafés especiais, pois favorece a manutenção de espécies vegetais e animais nativos.

Jornal AgroNegócio: O que representa para a economia brasileira o crescimento da demanda por cafés especiais e, conseqüentemente, da valorização desse produto no mercado?

Vanusia Nogueira: Em relação especificamente à economia nacional, o crescimento da demanda por nossos cafés especiais possibilita um aumento no número de empregos em todos os elos envolvidos (produção, comércio e indústrias) e o crescimento nas receitas obtidas pelo país com a exportação. No acumulado de 2014, os embarques brasileiros de cafés diferenciados totalizam 4.876.620 sacas de 60 kg até o final de julho, respondendo por uma fatia de 23,7% das exportações totais de café efetuadas pelo País. Já a receita cambial obtida com as remessas de cafés diferenciados soma US\$ 1,082 bilhão no acumulado do ano até julho, responden-



Foto: Felipe Gombossy/ Café Editora

do por 31,3% do total. Com esse desempenho, o café segue como quinto principal item da pauta exportadora do agronegócio brasileiro.

Jornal AgroNegócio: Por que o mercado internacional ainda não reconhece a qualidade do nosso café?

Vanusia Nogueira: O mercado internacional reconhece, sim, a qualidade do café brasileiro. Há uma antiga ideia interna que nossos cafés focam em quantidade e não em qualidade e que os colombianos estão na vanguarda, mas isso é um mito. Os colombianos são muito bem aceitos no mundo porque investiram em promoção e marketing bem antes do Brasil, na década de 80, enquanto começamos a divulgar nossos cafés uma década depois. Mas veja que interessante esses dois cenários. Em 2006, tive a oportunidade de conversar longamente com Néstor Osorio, um colombiano então diretor executivo da Organização Internacional do Café (OIC). E tive uma grande surpresa quando ele me disse que a referência para o programa Café de Colômbia teria sido o programa Café do Brasil. Isso nos conduz a pensar que tínhamos um exemplo clássico que aprendemos na administração de um líder que se acomodou e foi ultrapassado por seus seguidores.

Jornal AgroNegócio: Quais as principais regiões brasileiras que produzem café de qualidade?

Casa da Ração
O Shopping do Produtor Rural
Desde 1983

Loja Centro

Rua São Paulo, 825
Centro
Governador Valadares
Minas Gerais
Fone: 33 3271-3060

Loja CEASA

Rodovia Rio Bahia, S/N
CEASA Minas - Turmalina
Governador Valadares
Minas Gerais
Fone: 33 3221-4543

www.casadaracao.com.br

Continuação Entrevista: Vanusia Nogueira, Diretora-executiva da BSCA (Associação Brasileira de Cafés Especiais)

Vanusia Nogueira: É necessário recordar que todas as regiões brasileiras que cultivam a variedade arábica têm potencial para produzirem grãos especiais. Entre as 20 origens produtoras existentes no Brasil atualmente, as que mais se destacam no nicho de especiais são Sul de Minas, Indicação de Procedência Mantiqueira de Minas, Denominação de Origem Cerrado Mineiro, Matas de Minas, Chapada de Minas, Mogiana Paulista, Indicação de Procedência Norte Pioneiro do Paraná, Cerrado e Planalto da Bahia e Montanhas do Espírito Santo. Essas origens são as que, com mais frequência, estão presentes entre as que participam dos concursos Cup of Excellence.

Jornal AgroNegócio: O Cerrado Mineiro foi considerado área com o selo Denominação de Origem. O que isto representa e em que favorece as exportações do café especial brasileiro?

Vanusia Nogueira: Inicialmente, é válido frisar que essa conquista é o coroamento do trabalho das instituições locais e pertence a 4.500 produtores que cultivam café na região de forma diferenciada. Com esse status, o Cerrado Mineiro se nivela ao das mais nobres regiões e territórios demarcados no mundo, como o território de Bordeaux é para os vinhos, Champagne é para os espumantes, Parma é para os presuntos e queijos, territórios altamente reconhecidos pelos consumidores como regiões geradoras de produtos de altíssima qualidade e exclusividade. Assim, os cafeicultores ganham com o reconhecimento e a valorização de seu produto pelos mercados mais exigentes, bem como os consumidores, por terem na xícara um café com características únicas, com origem e qualidade garantida e controlada.

Jornal AgroNegócio: O que um cafeicultor que produz café de qualidade necessita para alcançar o selo de Denominação de Origem?

Vanusia Nogueira: A Denominação de Origem é caracterizada pelo nome geográfico de um país, cidade, região ou localidade de seu território e indica que um produto ou serviço possui características essencialmente relacionadas ao meio geográfico, incluídos fatores humanos e naturais, como clima, solo, relevo, altitude, etc. Para se conquistar uma

DO, é preciso comprovar que o café produzido naquela Região é único, possui características que somente podem ser obtidas naquela origem. Ou seja, a somatória dos fatores naturais e humanos constituem o "saber fazer", que deve ser exclusivo daquela origem.

Jornal AgroNegócio: Quais as vantagens que o produtor de café gourmets ou especiais no Brasil têm frente a outros países produtores de café de qualidade?

Vanusia Nogueira: O Brasil sobressai sobre outras origens por possuir diversos tipos de topografia e clima e produtores muito atualizados e tecnificados, possibilitando a produção de cafés com aroma e sabores que agradam a muitos mercados compradores. Além disso, contamos com um crescente trabalho de promoção internacional realizado pela BSCA em parceria com diversos órgãos governamentais, o que tem expandido o conhecimento sobre os Cafés do Brasil em todo o planeta.

Jornal AgroNegócio: O que é o Concurso de Qualidade Cafés do Brasil – "Cup of Excellence"?

Vanusia Nogueira: O Cup of Excellence foi iniciado por um grupo de profundos conhecedores de café juntamente com o suporte de entidades do governo e organizações não governamentais (ONGs), com o objetivo de recompensar os produtores por seus esforços e trabalho destinados à qualidade. A BSCA organiza este concurso desde o ano 2000 e, atualmente, conta com a parceria da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e da Alliance for Coffee Excellence (ACE) na realização. O concurso é aberto a todo produtor brasileiro de café arábica, sendo uma das ações do Plano Internacional de Marketing para a Promoção dos Cafés Especiais Brasileiros proposto pela associação.

O objetivo do certame é manter uma plataforma de incentivo aos muitos países que vêm aderindo ao "Cup of Excellence" e mostrar ao mercado internacional que o Brasil produz cafés especiais de altíssima qualidade, comparáveis aos melhores do mundo, e que tais produtos podem ser vendidos a preços recordes, registrando preços mais de 3.000% superiores aos praticados na Bolsa de NY,

principal plataforma comercial de café no mundo. Por fim, a intenção também é aumentar o número de participantes e a abrangência geográfica do concurso de qualidade, ampliando o número de lotes leiloados pela Internet e o número de participantes (potenciais compradores) no leilão eletrônico.

Jornal AgroNegócio: Qual a importância de concursos de café para promover a qualidade do produto?

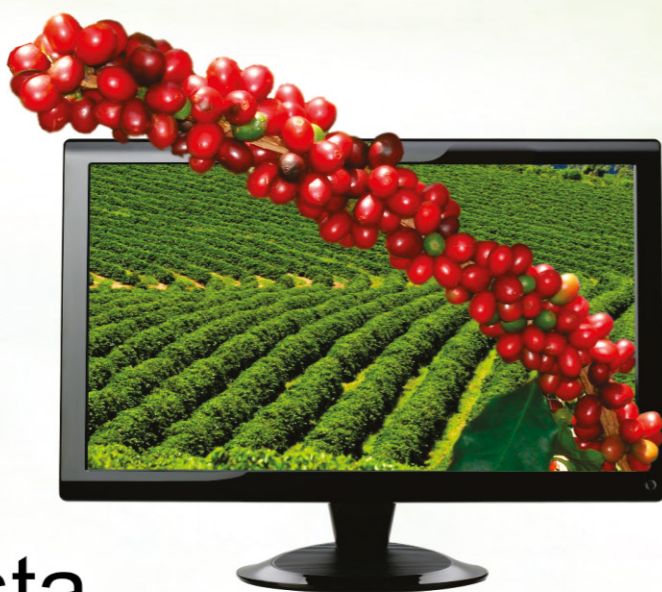
Vanusia Nogueira: O júri internacional é composto por profissionais de cafeterias, casas de café, etc. dos principais compradores do mundo, os quais testam e comprovam a excepcional qualidade dos cafés especiais brasileiros. Além desses profissionais participarem do leilão de venda dos vencedores, pagando preços significativamente maiores que o mercado convencional, eles também são formadores de opinião e, ao examinarem esses excelentes cafés do Brasil, colaboram com a divulgação de nossos produtos, seja indicando em suas embalagens comerciais, seja realizando o boca a boca positivo.

Jornal AgroNegócio: O brasileiro ama o cafezinho, porém ainda não aprendeu a apreciar um café de qualidade. Quais os desafios para ensinar o brasileiro a gostar de café de qualidade?

Vanusia Nogueira: Esse é um desafio que vem sendo superado paulatinamente, por meio da difusão das informações e dos conhecimentos sobre os cafés especiais. Um reflexo desse bem sucedido trabalho que temos desempenhado é a crescente produção voltada ao nicho de especiais e, principalmente, das cafeterias e das estabelecimentos comerciais destinados à venda do produto especial. Dessa maneira, e também com o maior interesse das cooperativas de produção no setor de cafés excepcionais, entendemos que cada vez mais brasileiros consumirão produtos especiais, haja vista que quem os prova certamente quererão continuar o tomando.

Vale lembrar que, assim como os vinhos, por exemplo, os cafés especiais possuem preços mais elevados e que, para consumi-los, as pessoas devem estar dispostas a pagar um pouco mais por eles.

Não se planta café na web, Mas se colhe informações que produzem resultados para seu agronegócio.



revista
agroNegócio
Brasil

Assine Grátis
assine@agronegociobrasil.com.br
31 2511.5802
Whatsapp - 31 8943.9150

Lama asfáltica para pavimentar terreiro de café

Produtores investem na lama asfáltica para pavimentar terreiro de café. Tecnologia é recomendada para pequenos produtores, por ter baixo custo e contribuir para melhorar a qualidade dos grãos.

A secagem dos grãos de café é uma das fases cruciais para obter um produto de melhor qualidade. Para pequenos cafeicultores, que enfrentam altos custos nas diversas fases de produção, a aquisição da matéria-prima para a construção dos terreiros tem sido uma dor de cabeça a menos, com a ajuda da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG).

Nos municípios de Carmo da Cachoeira e Nepomuceno, no Sul de Minas, os resultados do esforço conjunto já são visíveis: mais de 100 mil metros quadrados construídos. Os extensionistas da Emater-MG organizam a compra conjunta de lama asfáltica para a pavimentação das áreas onde é feita a secagem de café. O processo tem facilitado o acesso de mais produtores à tecnologia, que tem como vantagens permitir que os grãos cheguem em menos tempo e com mais uniformidade à umidade ideal.

"A qualidade de vida do produtor melhorou demais com essas tecnologias de produção", afirma o engenheiro agrônomo Marcel Reis Naves, extensionista da Emater-MG em Carmo da Cachoeira. No município, ele informa que já foram atendidos cerca de 600 produtores, nos últimos cinco anos. "Este ano tivemos 15 hectares de terreiros pavimentados com lama asfáltica. Já temos, no município, em torno de 60% a 70% das propriedades em uso da tecnologia. Os produtores já estão bem conscientizados", avalia o extensionista.

A dificuldade maior, dizem os técnicos, é que as distribuidoras de lama asfáltica, um produto derivado do petróleo, exigem uma carga mínima de 15 toneladas, para viabilizar a entrega do produto



nos municípios. Patrícia Salgado, engenheira agrônoma da Emater-MG em Nepomuceno, explica como é o processo de compra conjunta: "No mês de janeiro, fazemos a divulgação nas rádios locais. Os produtores encomendam a lama asfáltica no escritório da Emater e, assim que montamos o grupo, repassamos o pedido para a distribuidora. No dia seguinte o produto é entregue aqui. Os produtores precisam levar os tambores de 200 litros vazios para que o caminhão descarregue."

Segundo a extensionista, o processo, além de facilitar o acesso, ainda reduz custo. "O preço fica 25% mais barato, gerando uma grande economia para os cafeicultores. Compramos diretamente da distribuidora, coisa que o produtor sozinho não consegue", afirma Patrícia Salgado. Ela informa que mais de 400 produtores já foram beneficiados em Nepomuceno e alguns municípios vizinhos.

Tecnologia boa e barata

A técnica da Emater-MG explica que a lama

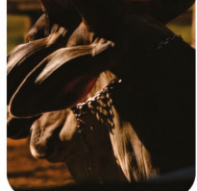
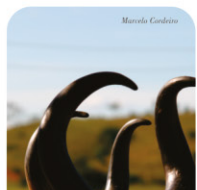
asfáltica é uma boa opção para a pavimentação dos terreiros, em comparação ao cimento: "O preço do terreiro pronto fica 70% mais barato que o de cimento. E a confecção do terreiro fica mais fácil, pois não necessita de mão de obra especializada", enumera Patrícia. Ela ressalta ainda que não se deve confundir a matéria-prima: "A lama asfáltica não é o mesmo que asfalto. O asfalto tem alcatrão em sua composição e pode deixar resíduo tóxico no café. A lama asfáltica não tem esse risco e deveria ser mais usada pelos pequenos produtores, devido ao baixo custo", recomenda.

Patrícia destaca ainda que a parceria também envolve os grandes cafeicultores: "Sem os grandes produtores a Emater-MG não consegue formar as cargas para a compra conjunta. Vou te dar um exemplo: quatro produtores grandes, comprando três toneladas cada um, conseguem encomendar 12 toneladas. E o restante para formar a carga mínima é dividido por outros 15 pequenos produtores. Isto viabiliza a compra."



Central de Negócios Minas Leilões

"De Produtor para Produtor"



A gente vai se ver no **Novo Canal!**
sempre aos domingos,
das 10h as 14h.



POR UMA PECUÁRIA: SOCIALMENTE JUSTA, AMBIENTALMENTE CORRETA E ECONOMICAMENTE VIÁVEL.

A Central de Negócio Minas Leilões tem como objetivo a comercialização de bovinos de corte e leite, touros, equinos, muars, asininos, caprinos, ovinos, fazendas, maquinas e implementos agrícolas. É uma realização da Agrominas Eventos Agropecuários Ltda (Minas Leilões e Eventos) em parceria com os produtores rurais do Leste e Nordeste Mineiro, Extremo Sul Baiano e Norte Capixaba e o SBA - Sistema Brasileiro do Agronegócio, através do Novo Canal.

CONTATOS:

Escritório/Cadastro:

(33) 3271-9738 | (33) 3271-0381

(33) 8887-9738

contato@minasleiloes.com.br

REALIZAÇÃO

AgroMinas
EVENTOS AGROPECUÁRIOS
Contato: (33) 3271.9738 / 8844.9738

Minas
Leilões e Eventos

TRANSMISSÃO

Novo Canal!

PARCEIROS

SBA
Sistema Brasileiro
do Agronegócio
Tel.: (33) 3340.0350

AGROMAX
SEMENTES DE CAPIM